



Na defesa do trabalhador de Tecnologia da Informação

Inform@ção

Filiado à FENADADOS e à CUT

Nº 401

Maio de 2015

do Sindpd-RJ

Gestão 2013/2016

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos e Privados de Informática e Internet e Similares do Estado do Rio de Janeiro

Impresso Especial
991222451-1 - DR/RJ
Sindpd-RJ
CORREIOS

Campanha Salarial

Foto: Félix Pereira



O Sindpd-RJ levou 29 pessoas, entre delegados, delegadas e observadores à Plenária Nacional de Campanha Salarial da Fenadados. Todos participaram ativamente dos painéis e dos debates por empresa, em busca de eixos políticos e econômicos para a luta dos trabalhadores em T.I. **Páginas 04 e 05**

Precarização das relações do trabalho tem que ser combatida

1º de maio sem muito a comemorar

Descumprimento da Convenção Coletiva gera processos contra empresas

Sindicato incentiva inserção digital de aposentados

Editorial - página 02

Página - 03

Página - 08

Página - 12

Editorial

Precarização das relações do trabalho tem que ser combatida



Apesar de protestos que tomaram o país, governo e centrais sindicais sofreram mais uma derrota no plenário da Câmara na noite do dia 22/04, com a aprovação do Projeto de Lei 4.330, que regulamenta a terceirização em todos os setores das empresas.

Os parlamentares ignoraram os pedidos do Executivo para modificação do projeto, e aprovaram uma emenda aglutinativa que modificou alguns itens do texto base, abrindo as portas para que associações, cooperativas, fundações e até empresas individuais possam se oferecer para prestar serviços como terceirizados.

Ainda pior que esse trem da alegria, o PL 4330 também autoriza a chamada quarteirização, que é a possibilidade de uma empresa terceirizada repassar (subcontratar) para outra empresa os serviços para os quais foi contratada, com a condição de que ocorra somente em caso de serviços técnicos especializados.

O Congresso Nacional eleito em 2014 é, em sua maioria, flagrantemente conservador, e está a serviço das forças políticas reacionárias. Sob forte pressão do empresariado, que banca suas milionárias campanhas eleitorais, esses deputados

Ações Judiciais e tramitações

FGTS - tramitação de ações está suspensa por determinação do STJ



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu suspender todos os processos (individuais e coletivos), onde são reivindicadas as correções do saldo do FGTS, questionando a utilização da Taxa Referencial (TR), a partir de 1991.

Diante deste fato o Sindpd-RJ está aguardando o desfecho do julgamento no STJ de Recurso Especial onde se discute a matéria, pois não há sen-

não darão trégua ao trabalhador e à trabalhadora. Se depender dessa bancada que aí está, a Consolidação das Leis do Trabalho passará a ser apenas documento histórico, para ser observado nos museus.

É necessário refletir, no entanto, que os deputados que votaram pela aprovação desse projeto que precariza as relações de trabalho foram eleitos por milhões de trabalhadores e trabalhadoras, movidos pelo discurso midiático de que é preciso mudar. Acontece que - sob o ponto de vista do mundo laboral - a mudança veio para pior.

A escalada do conservadorismo vem, segundo a opinião de especialistas, no vácuo da justa indignação popular contra as muitas denúncias de malfeitos com o dinheiro público. Ao final, o que temos que refletir é o que realmente desejamos: se a apuração de toda e qualquer denúncia sobre corrupção, seja ela contra quem for, ou a volta daqueles que usurparam os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras desde que o Brasil se entende como Nação.

O que não podemos tolerar é a precarização das relações de trabalho. Isso não!

tido em protocolar uma inicial em que o processo não terá nenhum andamento.

Segundo o advogado Alexandre Fagundes, assessor jurídico do Sindicato, “apesar da suspensão de inúmeros processos em todo o País, não há, neste momento, um cenário claro do Poder Judiciário sobre o êxito do pedido a ser formulado nestas ações judiciais”.

Ainda segundo o advogado, o Jurídico do Sindpd-RJ está acompanhando este cenário (dos tribunais), e é importante ter calma e aguardar que a Justiça se manifeste. O Sindpd-RJ continua nesta luta, e entende que o Judiciário irá cumprir seu papel social, passando a acolher os pedidos de milhares de trabalhadores, em todo o País.

Todos os documentos enviados ao Sindicato até o momento estão guardados e digitalizados, de forma a garantir a propositura da Ação em favor dos que enviaram os documentos, assim que houver uma nova posição do STJ.

Cursos

Cursos de informática gratuitos para sindicalizados e dependentes

O Sindpd-RJ realiza regularmente cursos de informática para sindicalizados e seus dependentes. As aulas, todas presenciais, são realizadas na sede do Sindicato, em laboratórios especialmente montados para este fim.

Estão abertas as seguintes turmas (iniciadas em março):

- **Básico** - Terças das 10h às 12h
- **Diagramação** - 2 turmas : quartas 16h às 18h - quintas 10h às 12h -
- **Excel** (Básico + Avançado + Macros) - 2 turmas - 2x por semana
terças e quintas - 14h às 16h
terças e quintas - 18h às 20h
- **Gimp** - 2 turmas - terças 16h às 18h - quintas 16h às 18h -
- **Linux** - 1 turma - quartas 18h às 20h -

Os cursos oferecidos pelo Projeto de Qualificação Profissional de Informática são gratuitos e quem não for sindicalizado poderá se sindicalizar no ato da inscrição.

Os interessados na inscrição deverão entrar em contato com o Departamento de Formação do Sindicato pelo telefone (21) 3177-7736. Vale ressaltar que o curso é voltado para os sindicalizados e seus dependentes, com ênfase para os aposentados da categoria.

Ciclo de Palestras sobre Software Livre

O Sindpd-RJ promove desde 2011, o Ciclo de Palestras sobre Software Livre. Podem participar dos painéis profissionais e estudantes de Informática, além de pessoas interessadas no aprendizado e disseminação da filosofia do Software Livre.

As palestras são realizadas na sede do Sindicato. Para inscrições e mais informações acesse <http://ciclodepalestras.sindpdrj.org.br/v2>.



Acompanhe Sindpd-RJ nas redes sociais

 /sindpdrj

 /SindpdRJ

 /SindpdRJ

Nosso Olhar

Segundo a ONU, políticas públicas brasileiras de combate ao racismo e inserção social são exemplo



A experiência brasileira na implementação de políticas públicas que visam o combate ao racismo e à promoção da igualdade racial são exemplos mundiais e devem ser compartilhadas com outros países. A afirmação é do representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, Jorge Chedieck.

Chedieck mencionou o exemplo brasileiro ao discursar no dia “Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial” (21/04), quando citou como iniciativas bem-sucedidas a adoção das cotas e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que prevê punição a quem cometer discriminação baseada na raça. Segundo o representante da ONU, o Brasil assumiu que tinha uma série de problemas nessa área e está implementando ações para resolver a questão. O progresso dos últimos anos, como a adoção das cotas e de novos parâmetros na legislação, mostra que é possível reduzir e até eliminar o passivo de desigualdade racial em pouco tempo.

A ONU também reconhece as ações implementadas pelo Brasil nas questões de gênero. No relatório mundial “Progresso das Mulheres no Mun-

do 2015-2016: Transformar as economias para realizar os direitos”, elaborado pela instituição, lançado em abril no México, o país é elogiado por seu papel na geração de trabalho digno para as mulheres.

Segundo o órgão, de 2001 a 2009, a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro subiu de 54 para 58%. Além disso, foi ampliada a cobertura de proteção social com empregos com carteira assinada.

O documento evidencia como as economias falharam em garantir às mulheres o seu empoderamento e o pleno exercício dos seus direitos econômicos e sociais tanto em países ricos como em países pobres. Aponta, ainda, que é possível a transformação das políticas econômicas para que possibilitem que os direitos das mulheres se tornem realidade, bastando, para tanto, a formulação de políticas econômicas e de direitos humanos que promovam mudanças de grande alcance.

Outro programa elogiado não só pela ONU como por outros órgãos internacionais, entre eles o Fundo Monetário Internacional (FMI) é o Bolsa Família, que abrange mais de 14 milhões de famílias, ou seja, mais de 50 milhões de pessoas, mas, ao contrário do que se pensa, custa pouco, algo em torno de 0,5% do PIB. Para se ter ideia, as despesas de pagamento de juros estão acima de 5% do PIB, ou seja o “bolsa capital” custa dez vezes mais que o Bolsa Família.

Diante destas constatações, fica a pergunta: o que desejam aqueles que bradam contra essas políticas públicas?

Dia do Trabalhador 1º de maio sem muito a comemorar



Foto: Roberto Perizotti/CUT

Durante o 1º de Maio realizado pela CUT Nacional, em São Paulo, o presidente Lula deixou clara a diferença entre a manifestação da CUT, centrais e movimentos sociais em relação à festa organizada pela central (Força Sindical) que apoia o PL 4330 da terceirização sem limites e retira de direitos.

“Eu tinha jurado a mim mesmo que nunca mais participaria de um ato de 1º de Maio que mistu-

rasse distribuição de geladeira, de carro e festa com ato político. Na hora de discutir política, a gente não diz que vai trazer o trabalhador aqui pela geladeira. A gente diz que quer ele aqui para discutir política.” Mas não foi apenas Lula quem chamou atenção para essa manipulação do trabalhador. O colunista do jornal O Dia, Octávio Costa, em seu artigo publicado naquele jornal no dia do Trabalhador, fala mais ou menos a mesma coisa que Lula: “Analistas do movimento sindical não se surpreendem com o esvaziamento do 1º de Maio. Dizem que é consequência natural do chamado sindicalismo de resultado. Ou seja, atualmente, eleições de sindicatos e

entidades de classe são ganhas pelos grupos que prometem investir no assistencialismo, como planos de saúde e de tratamento dentário. Perderam espaço as correntes que se preocupam com os direitos trabalhistas”.

E continua, fazendo paralelo com políticos profissionais: “O sindicalismo de resultado, porém, não é fenômeno isolado. Tem tudo a ver com o perfil

Após dez anos, Ministério do Trabalho reativa central de atendimento telefônico

O Ministério do Trabalho reativou no final de abril a central de atendimento telefônico 158. Nela, o trabalhador poderá obter informações sobre como solicitar o Seguro-Desemprego e o Abono Salarial, além de esclarecer dúvidas sobre a legislação trabalhista e tirar a segunda via de documentos. O empregador também poderá usar a ferramenta para tirar dúvidas, por exemplo, sobre o preenchimento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O ministério vai investir na central Alô Trabalho R\$ 14,4 milhões por ano. O call center terá capacidade para atender simultaneamente 157 ligações. O contrato prevê atendimento diário de 26,7 mil usuários e mais de 580 mil chamadas por mês. Além de obter informações, pelo número 158 também será possível agendar atendimento nos postos do Ministério do Trabalho.

Após quase dez anos desativado, a central Alô Trabalho substitui o antigo serviço de atendimento por telefone disponível ao trabalhador, agora com mais interatividade e opções de atendimento, segundo o órgão. A ligação para o 158 será gratuita para chamadas originadas de telefones fixos e poderá ser feita de qualquer lugar do país. Ao ligar para a central, o trabalhador ou o empregador ouvirá, inicialmente, um menu com opções pré-gravadas. O serviço eletrônico funcionará 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Se o atendimento eletrônico não for suficiente, o usuário poderá falar com um atendente. Essa equipe estará disponível de 7h às 19h, de segunda-feira a sexta-feira. “O principal foco do Ministério do Trabalho é o Trabalhador. Com a central queremos melhorar, agilizar e ampliar a nossa capacidade de atendimento aos usuários, trabalhadores, empresas e órgãos de classe em todo o país”, afirma o responsável pela central Edson Luis Gonçalves.

Fonte: Agência Brasil

da classe política brasileira. Com raras exceções, o Congresso hoje é um símbolo do oportunismo e do fisiologismo. Tudo que ali se faz não corresponde aos interesses da Nação. A maior preocupação de partidos e parlamentares é conquistar cargos e facilidades no Executivo. Quando as demandas não são atendidas, o descontentamento transforma-se em crítica (...). O presidente do Senado, Renan Calheiros, age da mesma forma. Desde que seu protegido foi apeado do Ministério do Turismo Renan torceu o nariz e passou a bater impiedosamente no governo. Em seu destempero, Renan, de forma contraditória, ataca o aparelhamento da máquina estatal e diz que a articulação política parece até um departamento de Recursos Humanos. Ele sabe o que diz, afinal sempre se esmerou em garantir cargos para os amigos. Renan Calheiros está para a política como Paulinho da Força para o sindicalismo. Ambos não têm qualquer compromisso com o interesse público. São farinha do mesmo saco. Contrariados, falam grosso. Satisfeitos em seus pedidos, adulam os poderosos”.

É isso. Do jeito que está, anda difícil comemorar o nosso dia. O jeito é lutar contra a pelegada, e valorizar o voto em cada eleição. A limpeza ética da política brasileira passa por eleitores conscientes!

Campanha Salarial 2015

Manter empregos, garantir direitos e ampliar qualidade de vida são metas prioritárias

A Plenária Nacional de Campanha Salarial da Fenadados, realizada em março, promoveu amplo debate sobre a conjuntura nacional e as ameaças e desafios ao mundo do trabalho.

Em painéis realizados ao longo do evento, na presença de delegados e delegadas eleitos pela base para representar os trabalhadores e trabalhadoras, especialistas falaram do cenário em que se desenrolarão as campanhas salariais deste ano.

Miguel Pereira, da Contraf-CUT, chamou atenção para a intenção clara das elites de expropriar direitos através de projetos de lei como o PL 4330, recentemente aprovado pela Câmara, que regulamenta a terceirização nos moldes mais interessantes para o patronato, em detrimento da qualidade de vida e dos direitos duramente conquistados em anos de luta pela classe trabalhadora. O PL 4330 foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas ainda vai ser avaliado pelo Senado, que pode rejeitá-lo e, em última instância, poderá sofrer vetos da presidenta Dilma.

“Num momento em que avançam ideias conservadoras com apoio da mídia hegemônica e reacionária, é necessário que a classe trabalhadora se mobilize contra esse projeto e outros, embutidos no ajuste fiscal pretendido pelo governo, que reduz investimento público, do não reajustamento da tabela do Imposto de Renda e da alta rotatividade da mão de obra, que dificulta a valorização dos salários de mercado” afirma Miguel Pereira.

Maria das Graças Costa, Secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional, também se mostrou preocupada com o momento que vivemos. Ela falou do dossiê “Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha”, elaborado pela CUT em parceria com o Dieese. Segundo o estudo, os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados no Brasil correspondiam, em 2013, a 26,8%



Representantes do Sindpd-RJ na Plenária da Fenadados

do mercado formal, com salário médio 24,7% menor que o do trabalhador direto.

“A conjuntura atual é extremamente desafiadora, pois lutamos hoje não somente contra a terceirização e todo tipo de precarização do trabalho, mas também contra a homofobia, a intolerância religiosa, o racismo e várias outras questões que influenciam nas relações de trabalho”, afirma

Maria das Graças, que acredita na união dos trabalhadores e trabalhadoras na luta para impedir esses retrocessos.

Diante do quadro apresentado, fica o alerta para todos os trabalhadores e trabalhadoras: somente a união de todos em torno de uma proposta única e fortalecida poderá garantir melhores resultados nas negociações das campanhas salariais.

Serpro

Os delegados e delegadas representantes dos trabalhadores do Serpro, se reuniram em grupo de trabalho durante a Plenária Nacional de Campanha Salarial da Fenadados.

A pauta de reivindicações atende a praticamente todas as demandas vindas dos estados. Entre as muitas cláusulas a serem negociadas, destacam-se as que tratam de assuntos importantes para a categoria, tais como: não praticar terceirizações nas atividades-fim; Plano de Saúde decente; isonomia; e reajuste salarial pelo ICV-Dieese, acrescido da taxa de crescimento do setor no período.

Uma das constatações feitas pelos delegados e delegadas presentes à Plenária da Fenadados foi a participação de jovens no evento, o que demonstra que está havendo uma saudável oxigenação entre os trabalhadores e trabalhadoras que se preocupam em lutar pelos interesses da coletividade.

Trabalhadores e Serpro iniciam negociações salariais

Os trabalhadores e o Serpro deram início, no dia 28/4, às negociações da Campanha Salarial 2015/2016. A reunião ocorreu na sede da Fenadados, em Brasília (DF).

Na reunião a representação dos trabalhadores reafirmou a importância de toda a Pauta de Reivindicações 2015/2016, ressaltando algumas



Grupo de trabalho dos representantes dos trabalhadores do Serpro

reivindicações que os trabalhadores consideram essencial conquistar avanços, como:

- Reajuste do Tiquete Refeição com base no Índice Fora Domicílio (Dieese);
- Concessão de plano de saúde para os (as) aposentados (as) inativos (as);
- Implementação de Cesta Básica;
- Ganho real baseado no crescimento do setor

brasileiro de TI;

- Auxílio Educação;
- Garantia de emprego;
- Terceirização apenas dos serviços gerais (Ex.: limpeza, segurança e copa).

As partes acordaram calendário de negociação. A segunda mesa será no dia 14/5, às 10 horas, na Sede da Fenadados, em Brasília.

Dataprev



Foto: Félix Pereira

Grupo de trabalho dos representantes dos trabalhadores da Dataprev

Os delegados e delegadas que representaram os trabalhadores da Dataprev na Plenária Nacional de Campanha Salarial da Fenadados tiveram um amplo debate sobre os anseios da categoria, que este ano volta a ter todo o seu Acordo Coletivo de Trabalho negociado, uma vez que havia, até então, uma Sentença Normativa garantindo as cláusulas sociais.

Além de reajuste salarial pelo ICV-Dieese com ganho real baseado no crescimento do setor de TI e tiquete refeição ajustado pelo índice de inflação fora do domicílio, são também eixos de luta a não terceirização na área fim da empresa; garantia

de direitos e conquistas; redução da jornada de trabalho sem redução de salários; e garantia dos postos de trabalho.

A pauta de reivindicações aprovada na Plenária é abrangente, pois sintetiza as sugestões enviadas pelos trabalhadores de todas as regionais da Dataprev. Apesar do momento desfavorável da economia, a expectativa é que tenhamos uma campanha com mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, com unidade e luta.

A primeira mesa de negociação com a Dataprev está marcada para o dia 06 de maio.

Cobra

Durante a Plenária da Fenadados houve intenso debate sobre os rumos a serem seguidos na Campanha Salarial 2015/2016, que começará em 1º de outubro. A pauta de reivindicações foi fechada, buscando contemplar todas as sugestões recebidas dos sindicatos estaduais, e será divulgada assim que possível.



Foto: Félix Pereira

Grupo de trabalho dos representantes dos trabalhadores da Cobra Tecnologia

Particulares

Data-base em setembro

Data-base é o período do ano em que patrões e empregados, através dos seus sindicatos, se reúnem para repactuar os termos dos seus contratos coletivos de trabalho. Desde 2013 o Sindpd-RJ adotou a medida de antecipar a entrega da pauta de reivindicações ao patronato, possibilitando um período mais folgado de negociações e o fechamento mais objetivo da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que, neste ano de 2015, será negociada integralmente ao contrário do ano passado, quando as negociações giraram apenas em torno das cláusulas econômicas.

A partir de junho o Sindicato estará montando a pauta de reivindicações juntamente com os trabalhadores e trabalhadoras, que poderão enviar sugestões por e-mail



Foto: Félix Pereira

Grupo de trabalho dos representantes dos trabalhadores das empresas particulares

Datamec

Durante a Plenária da Fenadados foi fechada a pauta de reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras da Datamec para a campanha salarial 2015/2016. A expectativa é que, apesar do cenário econômico adverso, se conquiste inclusive novos direitos.

A pauta de reivindicações da categoria prevê reajuste salarial pelo índice do Dieese (ICV) mais 5% de ganho de produtividade, além de tiquete refeição de R\$35,00, plano de saúde digno e a defesa do emprego e da Datamec.

É importante lembrar que nos últimos anos a mobilização da categoria tem sido determinante para o sucesso das negociações em mesa. Exemplo disso foi a campanha pela PLR 2014, na qual a empresa começou apresentando uma proposta insuficiente e, após muita negociação, chegou a um percentual aceitável pela base trabalhadora.



Foto: Félix Pereira

Representantes dos trabalhadores da Datamec

IplanRio



Foto: Félix Pereira

Representantes dos trabalhadores da IplanRio

Durante a Plenária da Fenadados, foram debatidas questões de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras em empresas públicas estaduais e municipais, entre elas a IplanRio. Os eixos de luta são a preservação de direitos e a valorização da categoria, além da resistência ao sucateamento das empresas.

Vale lembrar que os trabalhadores e trabalhadoras da IplanRio não terão campanha salarial em 2015, pois o Acordo Coletivo de Trabalho do período já foi assinado.

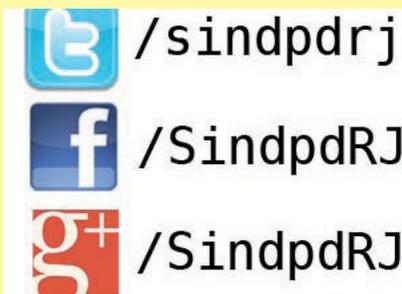
Acordo Coletivo já está valendo

A representação dos trabalhadores (Sindpd-RJ e OLT) deliberou, em conjunto com a direção da IplanRio, validar os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) 2014/2015 e 2015/2016, que já haviam sido assinados anteriormente, mas estavam com pendências em relação à cláusula de abono dos dias parados na greve de novembro de 2014.

Segundo as negociações, todos os direitos dos trabalhadores foram garantidos, sem qualquer prejuízo pecuniário ou social.

O presidente da IplanRio orientou os diretores, gerentes e supervisores da empresa que conversem com suas equipes acerca de quaisquer dúvidas sobre o ACT. A diretoria do Sindicato, por sua vez, está visitando os locais de trabalho para dirimir quaisquer questionamentos.

Acompanhe
Sindpd-RJ
nas redes sociais



Acesse a página do Sindicato: www.sindpdrj.org.br

Dataprev **Resumo do andamento das ações judiciais contra a Empresa**

O Departamento Jurídico do Sindpd-RJ vem se empenhando em várias ações em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da Dataprev. Confira o andamento de cada uma:

Direito da categoria em relação às férias

O Sindpd-RJ conseguiu importante vitória, assegurando aos trabalhadores da Dataprev admitidos antes de 22 de abril de 2010, o critério de concessão e pagamento de férias estabelecido em norma interna da empresa.

O Assessor Jurídico do Sindicato, Alexandre Fagundes, explica que a Dataprev, através de regulamento interno, desde 2002, vinha acrescentando ao final do período de gozo de férias o número de dias equivalentes aos feriados ocorridos no curso do período de férias. Este benefício havia sido revogado pela Dataprev em 22/04/2010.

Agora, com a vitória nos tribunais, a Dataprev é obrigada a manter o critério anterior a 22/04/2010. A exceção se refere apenas aos empregados admitidos após 22/04/2010, pois apenas a estes (admitidos após 21/04/2010) poderá ser aplicada a nova Norma N/GP/018/00, que é menos benéfica que a anterior.

Atualmente, os autos do processo se encontram no TST, para julgamento de Agravo de Instru-

mento interposto pela Dataprev.

em anos anteriores, que determinavam a promoção por mérito. É importante esclarecer que centenas de empregados celebraram acordos nos autos do processo. Desta forma, não será possível discutir nada a respeito desses casos (acordos), porque estão nos autos desde o momento em que foram celebrados. Tais empregados não receberão nenhum valor.

Por outro lado, há trabalhadores que não aceitaram celebrar acordo. O processo prosseguiu para estes trabalhadores, mas o Juiz da 7ª Vara do Trabalho extinguiu o processo, por entender que o Sindicato não teria legitimidade para substituir os empregados da Dataprev.

O Sindpd-RJ recorreu e, recentemente, reverteu a situação. Ou seja, o Sindicato é parte legítima para representar TODOS os empregados (sócios ou não do Sindpd/RJ). Do julgamento, houve oposição de Embargos de Declaração, por parte da Dataprev, que foi julgado.

Resta saber se a Dataprev recorreu ao TST ou se os autos retornarão para o Juiz de primeiro grau para julgar o mérito. Assim que houver notícia, o Sindicato informará.

Processo de promoção por antiguidade

Em 2012 o Sindpd-RJ ingressou com Ação Trabalhista em face da Dataprev, (reivindicando as promoções por antiguidade a partir de 2008 e seus reflexos) e Prevdato (pedindo cômputo dos novos valores a serem incluídos no plano de previdência, em razão de possível condenação contra a Dataprev).

Após audiência, as partes se manifestaram e apresentaram quesitos, pois o Magistrado determinou perícia, para apurar quem teve ou não promoção por antiguidade. Foi então nomeado um perito, que apresentou sua estimativa de honorários, em 07/01/2015. O Juiz estabeleceu as condições da perícia e em breve a perícia terá início.

Qualquer notícia a respeito deste processo, que não seja divulgada pelo Sindpd-RJ, através de seus diretores e seu assessor Jurídico Alexandre Fagundes, deve ser desconsiderada.

Aposentados e pensionistas da Dataprev - Plano médico da Geap

O Sindpd-RJ conseguiu sentença, na Justiça do Trabalho, ratificando LIMINARES CONTRA A DATAPREV E CONTRA A GEAP, em favor dos aposentados e pensionistas que são usuários do Plano Médico GEAP.

Na recente sentença, a Dataprev está obrigada a tomar TODAS AS MEDIDAS para manter intacto o Plano GEAP, quanto ao custeio per capita e com as mesmas condições anteriores (BOLETO apenas com o valor a ser pago pelos aposentados e pensionistas).

Portanto, a Dataprev terá que tomar medidas junto À GEAP, para que o Plano seja mantido, como era antes, em favor de aposentados e pensionista (inclusive, os futuros aposentados e pensionistas) SEM COBRAR A PARCELA DENOMINADA "PER CAPITA".

A GEAP também foi condenada a não incluir no

boleto a parcela "per capita".

ATENÇÃO APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA DATAPREV: SE A GEAP ENVIAR ALGUMA CORRESPONDÊNCIA CONSTANDO A PARCELA "PER CAPITA", MANDE O COMPROVANTE (BOLETO BANCÁRIO) DO PAGAMENTO, EM CÓPIA, PARA O DEPTO JURÍDICO DO SINDPD-RJ.

Essa é uma vitória importante em favor da categoria (atuais e futuros aposentados e pensionistas), mas que não é definitiva, pois a GEAP apresentou recurso. Além disso, os autos estão no gabinete da Magistrada para julgamento de Embargos de Declaração, que foram opostos pelo Sindpd-RJ e pela Dataprev. Cabem Embargos de Declaração, quando a parte entender que houve omissão, contradição ou obscuridade no julgamento.

Mas o direito dos aposentados e pensionistas está garantido, pelo menos até o julgamento do recurso, que não ocorrerá, provavelmente, em 2015.

Processo de promoção de 2003 - Perito pede dilação de prazo para elaborar laudo

Recentemente, o Perito nomeado pelo Magistrado da 12ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro protocolou petição pedindo dilação do prazo para entrega do laudo pericial. Não há ainda despacho do Magistrado a respeito deste pedido de dilação de prazo, mas a perícia está em andamento. Como já foi exposto pelo Assessor Jurídico, Alexandre Fagundes, em assembleia recente, isso (pedido de dilação da prazo) é algo muito comum, principalmente se o profissional (Perito) não possui todos os dados necessários ao seu trabalho.

Assinado acordo sobre PLR 2014

No dia 28 de abril a representação dos trabalhadores da Dataprev assinou o Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2014. O documento foi assinado após a empresa aceitar fazer a distribuição linear, conforme aprovado pela categoria em assembleias realizadas nos estados.

Até o fechamento desta edição não havia previsão de pagamento da PLR 2014, no entanto, a empresa esclareceu que ocorrerá tão logo os acionistas recebam os seus dividendos.



mento interposto pela Dataprev.

Ponto eletrônico - Sindpd-RJ recorre ao TST

Na contramão de uma decisão anterior, em que, através de liminar, a Dataprev estava impedida de implementar seu próprio sistema eletrônico de ponto, a 57ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro julgou improcedente os pedidos formulados na Ação Trabalhista que o Sindpd-RJ move em face da empresa. Como consequência, poderá a empresa adotar seu sistema de ponto.

O Sindpd-RJ recorreu, mas não conseguiu reformar a sentença em segunda instância. Com isso, interpôs novo recurso (Recurso de Revista). E, apesar de mais de 90% (noventa por cento) dos Recursos de Revistas não serem admitidos (são indeferidos, ainda no TRT do Rio de Janeiro), conseguiu a admissão do nosso recurso, que em breve seguirá para o TST.

Processo de promoção de 2002

O Sindpd-RJ está processando a Dataprev, desde 2002, por não ter cumprido Acordos Coletivos

Serpro

Sindpd-RJ ganha ações relativas a FCT/FCA

Nos últimos anos o Sindpd-RJ, através do seu Departamento Jurídico, vem insistindo nas discussões relacionadas às gratificações pagas pelo Serpro, denominadas FCT/FCA. Como já mencionado em matérias publicadas anteriormente, nossos advogados permanecem sustentando a tese de que essas gratificações correspondem a salário e, por isso, não podem sofrer qualquer alteração e, também, critérios de reajuste devem obedecer os mesmos aplicados ao salário-base.

Todavia, nosso Tribunal Regional do Rio de Janeiro (TRT/RJ) vinha, ao longo de alguns anos, negando esse pleito, contrariando decisões unânimes proferidas por outros tribunais regionais, notadamente o do Rio Grande do Sul, que reconhece há anos a natureza salarial da FCT/

FCA.

Ocorre que, dada a insistência do Departamento Jurídico em manter essas discussões, ao longo dos últimos dois anos a maioria das turmas que compõem o TRT/RJ modificou seus entendimentos e passou a também reconhecer a natureza salarial da FCT/FCA.

Essa boa notícia está confirmada pelas últimas decisões vitoriosas, obtidas por nosso Departamento Jurídico, principalmente, naqueles processos ajuizados pelas advogadas Katia Seixas e Patricia Picorelli, essa última com um grande número de ações tramitando na comarca de Niterói. Só nos últimos seis meses, essas duas advogadas obtiveram, seguidamente, várias decisões reconhecendo a natureza salarial da FCT/FCA.

TST pacifica entendimento quanto ao direito ao Prêmio Produtividade

Em recente julgamento ocorrido em 11 de fevereiro de 2015, nos autos do processo TST-AIRR-85100-84.2009.5.01.0023, o Tribunal Superior do Trabalho reconheceu mais uma vez o direito ao recebimento da parcela denominada prêmio produtividade, devida em razão do que dispõe dispositivo legal.

A decisão segue a linha da jurisprudência reiterada daquela Corte, e neste sentido, os precedentes da Subseção de Dissídios Individuais 1, pelo que deve ser reconhecido o direito à parcela prêmio produtividade com base na antiga redação do artigo 12 da Lei 5.615/70, uma vez que a citada Lei dispunha expressamente que o lucro líquido será apurado após a dedução de diversos valores, entre eles o prêmio de produtividade, sendo forçoso concluir que, se o pagamento da parcela precede a apuração do lucro líquido, o pagamento independe da existência de lucro, segundo os precedentes abaixo:

Ag-AIRR - 133200-45.2001.5.01.0025
E-ED-RR-65040-67.1999.5.01.0047
E-ED-RR-127240-15.2004.5.01.0022
E-ED-RR-622640-71.2000.5.01.0001

Segundo o advogado Gilberto Baptista, do Departamento Jurídico do Sindpd-RJ, ainda há tempo para que os trabalhadores admitidos até maio de 1998, que porventura quiserem, possam ingressar com ação pleiteando o pagamento do prêmio produtividade, bastando solicitar o kit de atendimento aos diretores do Sindicato em suas unidades e, em seguida, devolvê-lo preenchido com letra de forma, com a documentação necessária.

Banco de Horas irá a decisão da categoria, em assembleias

Durante a Plenária Nacional de Campanha Salarial 2015/2016, foi tirada uma Resolução de realizar assembleias para tratar dos termos negociados, em mesa específica, sobre o banco de horas dos trabalhadores e trabalhadoras do Serpro.

O Serpro e a Fenadados debateram, em cinco reuniões específicas sobre banco de horas uma proposta que venha, ao mesmo tempo,

atender a legislação vigente sobre o tema, contemplar a realidade e os direcionamentos organizacionais da empresa e o aperfeiçoamento das relações de trabalho.

O Sindicato realizará as assembleias em datas ainda não definidas. A proposta que será levada à categoria para avaliação está disponível no site do Sindpd-RJ. (www.sindpd-rj.org.br).

Datamec

Acordo da PLR 2014 é assinado

Após um longo e desgastante período de negociação, o Acordo relativo à Participação nos Lucros e Resultados dos trabalhadores e trabalhadoras da Datamec foi aprovado pela categoria, em assembleias, e assinado no dia 22 de abril.

A empresa, apesar de ter registrado o maior lucro da sua história, a princípio insistia em pagar apenas um dos menores percentuais de divisão de lucros: 0,69% do salário de cada trabalhador, desde que cumpridas todas as metas.

Sob pressão da firmeza da represen-



tação dos trabalhadores em mesa de negociação e mobilização da categoria, a Datamec mudou sua postura e apresentou proposta de 79% do salário base, com adiantamento de 21% da PLR de 2015. Essa versão acabou sendo aprovada.

TCU manda fechar empresa criada pela Caixa que substituiria contrato da Datamec

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou o fechamento de uma empresa paralela criada pela Caixa e contratada sem licitação pelo Banco. A empresa Branes Negócios e Serviços, é formada pela Caixa e pela IBM Brasil, e administraria o contrato hoje da Datamec e, por consequência, empregos valiosos.

O TCU aprovou ainda a realização de levantamento de todas as empresas com as mesmas características existentes em estatais e empresas públicas.

Conforme noticiou o jornal O Globo, o ministro Bruno Dantas, do TCU, afirmou: “não podemos pressupor que todos os negócios das estatais envolvem interesses escusos, mas se nota que estatais se associam a empresas privadas, com participação minoritária, e fazem um acordo de acionistas para tentar garantir um controle. O caso do gasoduto Gasene da Petrobras traz essa mesma característica. Se por um lado

estatais precisam de liberdade e flexibilidade para fomentar atividades econômicas que o Estado deve praticar, também temos uma nova fronteira de possível burla da atuação dos órgãos de controle. Através desse modo de agir se alcança a dispensa de licitação, a dispensa do concurso público”.

Dos sete ministros que votaram, apenas André Luís de Carvalho discordou da desativação da empresa criada pela Caixa. Ele chegou a anunciar que pediria vista do processo, mas mudou de ideia após o voto do ministro relator, Bruno Dantas, ser seguido por outros quatro integrantes do plenário.

As justificativas do Banco e das empresas envolvidas foram consideradas insuficientes para garantir a continuidade do negócio. Segundo o ministro relator, a empresa se resume, hoje, a um CNPJ e não tem sequer um único funcionário. Os dez empregados que antes existiam foram demitidos, conforme o ministro.

Anistiados poderão ter direito a reenquadramento salarial

As ações da Coordenação Nacional dos Demitidos e Anistiados nas Estatais e Serviços Públicos (CNDAESP) e a Fenadados vêm interpondo uma série de medidas junto à Justiça, no sentido de garantir direitos aos anistiados, principalmente do Serpro.

O resultado desse trabalho foi a ratificação, pelo juiz Rogério Neiva, da 1ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, da sentença conquistada anteriormente através da Ação Civil Pública 692/2013, que reconhece que o período de afastamento deve ser computado para fins de promoção por mérito ou antiguidade, uma vez que quando se tem antiguidade, não se tem o mérito, e vice e versa.

Diante dessa decisão, o Serpro pediu orientação e está aguardando parecer da Advocacia Geral da União (AGU), para saber se poderá acatar a decisão do TRT sem recorrer. O Serpro informou que, até o momento, a AGU não emitiu parecer técnico para ser apresentado ao MPT – Ministério Público do Trabalho e, assim, dar continuidade ao acordo em torno da referida ação, terminando, assim, a longa luta por justiça aos anistiados.

Particulares

Descumprimento da Convenção Coletiva gera processos contra empresas



O Sindpd-RJ vem enfrentando uma série de situações em que empresas tentam burlar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, não cumprindo o que prevê a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Sempre que recebe denúncias, a diretoria do Sindicato procura solucionar a questão pela via do diálogo. Quando isso não é possível, como é o caso da Facility e da TLD Teledata, o caminho da Justiça é procurado, através do Departamento Jurídico da entidade.

Confira os casos mais recentes:

Sindicato ganha ações contra a Facility

No ano de 2014, dando seguimento a um processo de demissão iniciado em 2013, a Facility, atual Prol, dispensou sumariamente dezenas de trabalhadores. Por desenvolver atividades em vários segmentos, os empregados demitidos foram direcionados a diversos sindicatos representativos desses trabalhadores nas áreas de asseio, segurança, informática, entre outros.

Ocorre que a Facility, à época, tentou impor condições para homologação das rescisões desses empregados, prejudicando-os pela falta de compromisso da empresa com as normas legais. O Sindpd-RJ, através de sua diretoria e com a orientação do Departamento Jurídico, constatou a irregularidade e negou-se a chancelar as demissões cercadas de irregularidades como, por exemplo, o não pagamento dos salários re-

justados a partir da data-base do ano de 2013 e até mesmo incorreções em contas de FGTS.

Em muitos casos a Facility sequer solicitou a realização de homologação junto ao Sindpd-RJ e, na grande maioria deles, simplesmente não efetuou os depósitos das verbas da rescisão, deixando esses trabalhadores desamparados, inviabilizando até mesmo o acesso às suas contas de FGTS ou mesmo habilitação para recebimento do Seguro Desemprego. Em resposta a este abuso o Departamento Jurídico do Sindicato iniciou um trabalho de coleta de documentação e preparação dos processos trabalhistas, buscando, em seguida, junto a cada juiz, a liberação do FGTS e do Seguro Desemprego, muito antes da realização da própria audiência, atendendo, assim, aqueles trabalhadores e trabalhadoras

que se encontravam em situação financeira delicada, em razão do descaso da Facility.

Hoje quase todas as ações foram concluídas, com vitória para os trabalhadores. A Facility, em muitos processos, chegou a ser condenada inclusive ao pagamento de indenização por danos morais, por ter deixado de efetuar o crédito das verbas rescisórias.

A postura da empresa foi desrespeitosa até mesmo com a Justiça, à medida em que passou a apresentar junto aos processos trabalhistas defesas mentirosas, com alegações de pagamento em situações onde o empregado nada recebeu. Diante dessa postura, o Departamento Jurídico, através das insistentes alegações apresentadas pela advogada Katia Seixas, obteve a condenação da Facility como litigante de má-fé.

Essa vitória foi importante já que, a partir desse momento, a Facility mudou seu discurso imoral, passando a apresentar defesas com argumentos condizentes com os fatos reais. Esses trabalhadores e trabalhadoras, agora, estão pouco a pouco recebendo seus créditos trabalhistas, concluindo-se, com mais uma vitória para o Departamento Jurídico do Sindpd-RJ, esse ciclo de trabalhos iniciados a partir dessas demissões.

Agora o Sindicato busca o reconhecimento da hora extra para aqueles trabalhadores da Facility obrigados ao cumprimento da jornada de 12x36. A primeira decisão já foi proferida em processo de responsabilidade da advogada Katia Seixas que, mais uma vez, alcançou vitória em primeira instância.

TLD Teledata é condenada em 1ª instância a reajustar salários e benefícios

Em 2014 a diretoria do Sindicato tomou conhecimento que a TLD Teledata não havia reajustado salários e benefícios dos trabalhadores e trabalhadoras, conforme determina a Convenção Coletiva de Trabalho. A empresa, não realizou o reajuste salarial de 7,3%, a partir da data-base de 1º de setembro de 2013 (Cláusula 4ª) e não realizou também o fornecimento do auxílio refeição no valor de R\$ 18,50, previsto na CCT 2013/2015 (Cláusula 15ª).

Após os trâmites normais de negociação, sem que a empresa se dispusesse a resolver a questão, o Departamento Jurídico do Sindpd-RJ

ingressou com uma ação de cumprimento em face da Teledata e de sua contratante, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM. Na ação o Sindicato pediu o cumprimento dos reajustes e a aplicação de multa, pelo fato da empresa ter descumprido as normas da convenção.

A Juíza de Trabalho Helen Marques Peixoto, em sua Sentença, concedeu aos trabalhadores o direito ao reajuste salarial de 7,3%, a partir de 1º de setembro de 2013, sobre as parcelas vencidas e vincendas, com reflexos em férias acrescidas do terço constitucional, décimo terceiro salário, horas extras, FGTS, 40% sobre o FGTS

e nas verbas rescisórias dos trabalhadores que foram demitidos (aviso-prévio, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional e décimo terceiro salário proporcional). Concedeu também o direito ao auxílio refeição, no importe de R\$ 18,50, por dia trabalhado, a partir da mesma data, sobre os meses vencidos e vincendos. Além de conceder a multa descrita na cláusula 55ª da Convenção Coletiva de Trabalho de 2013/2015, por causa do descumprimento das normas coletivas por parte da empresa.

Vale ressaltar que foi deferida a antecipação de tutela requerida pelo SINDPD-RJ, ou seja, a Juíza do Trabalho

decidiu que a TLD Teledata deverá incluir em folha de pagamento o reajuste salarial e fornecer a diferença do auxílio refeição para os trabalhadores, sob pena de multa mensal de R\$ 5.000,00 para cada trabalhador encontrado em situação irregular.

Além disso a Justiça responsabilizou de forma subsidiária a CPRM, isto é, caso a Teledata descumpra o que foi decidido, a condenação será imposta à contratante.

A Teledata e a CPMR entraram com recurso e o processo continua aberto, aguardando julgamento dos embargos.

Particulares

Instituição da obrigatoriedade de Certidão beneficida centenas de trabalhadores

Após a decisão da diretoria do Sindpd-RJ de instituir a obrigatoriedade, por parte das empresas particulares, de apresentar a Certidão de Regularidade Trabalhista Sindical para que pudessem ser efetuadas as homologações e acordos coletivos específicos, centenas de trabalhadores acabaram beneficiados.

O fato é que muitas empresas vinham acumulando irregularidades que não eram detectadas, a menos que houvesse denúncia. Com a nova prática, as empresas para conseguirem a Certidão são obrigadas a apresentar relatórios detalhados do pagamento dos benefícios diretos e indiretos, além da folha de pagamento. Com isso, qualquer irregu-

laridade é constatada e a solução é buscada imediatamente.

O resultado disso foram dezenas de acordos em separado para resolver pendências de descontos indevidos, descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho, etc. São muitos os casos de trabalhadores e trabalhadoras que receberam quantias significativas de indenização por conta dessa ação direta do Sindicato.

Fica aqui o alerta: se você é descontado indevidamente, é porque sua empresa ainda não precisou recorrer ao Sindicato para homologações ou outros serviços. Nesse caso, denuncie imediatamente, com a certeza de que seu nome não será divulgado!

Acordos por empresa marcam melhorias para trabalhadores em empresas privadas de informática

Os trabalhadores em empresas privadas de informática contam com a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para garantir seus direitos por períodos bienais e reajustar salários, anualmente.

A Convenção tem valor de Lei durante a sua vigência e não pode ferir nenhum direito maior que aquele nela previsto. Ou seja, se houver uma Lei ou um Acordo que garanta direitos superiores àqueles especificados na Convenção, vale o mais vantajoso para o trabalhador.

Diante desta possibilidade de conquistar mais direitos para os trabalhadores da base, o Sindpd-RJ vem fechando vários acordos por empresa, na cidade e no interior do estado, visando levar à categoria as melhorias possíveis em seus locais de trabalho, independentemente da Convenção Coletiva.

Em 2014 foi feito acordo em separado com a Alterdata, na Região Serra-

na, que renovou o acordo de Banco de Horas, ponto eletrônico, benefício indireto (Plano de Saúde) e troca de feriados; e com a CTIS e Stefani, em Macaé, com foco no regime offshore. Além disso, na cidade do Rio de Janeiro, foram realizados vários acordos em separado, entre eles os dos trabalhadores da HP, Stefani, Senior Sistemas, Totvs, Dominio, M4 Produtos e Bemobile, entre centenas de outras.

O trabalhador que desejar o fechamento de acordo específico na empresa onde trabalha, deve entrar em contato com a diretoria do Sindpd-RJ e solicitar que seja realizada assembleia para deliberar sobre as reivindicações da categoria. O sucesso desse trabalho comprova que a união dos trabalhadores com o Sindicato é decisiva para a conquista - e manutenção - de direitos vitais para a garantia de qualidade de vida e trabalho.

Cobra

Cobra Tecnologia descumpre ACT vigente

A representação dos (as) trabalhadores (as) da Cobra Tecnologia questiona a empresa, por descumprir o Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015, em vigência. A subsidiária do Banco do Brasil vem assediando os trabalhadores, principalmente os técnicos de operações; não reajustou todas as Normas Internas com incidência econômica conforme prevê a Cláusula 49ª do ACT vigente; e não implementou a Cláusula 52ª, que trata do Vale Cultura. A reunião foi realizada no Rio de Janeiro, na sede da Cobra.

A Cobra Tecnologia vem pressionando os técnicos de operações a assinar um termo no qual o profissional coloca seu carro particular à disposição da empresa. Quem não assinou o acordo, está sendo retaliado pelas chefias, com envio para os piores chamados ou aqueles mais distantes e até ameaças de demissão. Em sua resposta registrada em ata de reunião, a empresa se comprometeu a orientar os seus gestores "no sentido de evitarem possíveis abordagens que não estejam em consonância com as políticas de gestão de pessoas da empresa". Disse ainda que estimula as chefias a participarem de um curso da Uni-

BBTS que trata sobre assédio moral e diversidade.

A resposta da empresa sobre a ocorrência de assédio moral não poderia ser mais vazia. Primeiro, a empresa nem se deu o trabalho de negar que há este tipo de prática em suas dependências. Segundo, se os gestores assediam moralmente seus subordinados é porque deve haver orientação superior para isso. Terceiro, que valor tem um curso sobre ética e diversidade que é ministrado por quem estimula práticas de assédio moral?!

Em relação ao reajuste das Normas Internas, a Cobra Tecnologia entende que fez os reajustes previstos na Cláusula 49ª. Já sobre o Vale Cultura, disse que está tendo dificuldades para contratar uma empresa que viabilize o cartão.

Enquanto a empresa finge cumprir o ACT vigente, é o trabalhador que fica prejudicado por não ter acesso a um benefício negociado, por ter um ambiente de trabalho tenso e sem acesso a todos os reajustes devidos. A representação dos trabalhadores está ciente deste quadro, e tomará as ações cabíveis para assegurar os direitos de seus representados.

Fonte: Fenadados



Senado promove enquete sobre projeto da terceirização

Participe da votação sobre PL que libera esse modelo de contratação para todos os setores

A página do Senado promove uma enquete online para saber se os internautas são a favor ou contra o PLC (Projeto de Lei Complementar) 30/2015.

O texto é o mesmo do PL 4330, de autoria do ex-deputado Sandro Mabel, aprovado no dia 22 de abril pela Câmara dos Deputados, e libera terceirização para todos os setores da empresa. Entre outros prejuízos, o projeto permite o rebaixamento de salários e direitos por meio da demissão de contratados diretos e contratação de terceirizados e ataca a representação sindical.

O endereço para acessar a enquete é: <http://www12.senado.gov.br/ecidadania/visualizacaotexto?id=164641>

Visite a página do Sindicato:
www.sindpdrj.org.br

Democratização da Informação

Lei de Meios e Ativismo Digital são receita para Mídia Democrática

Escrito por: Felipe Bianchi

Fonte: Barão de Itararé

No Brasil, 19 anteprojetos de lei para o setor já foram elaborados desde a Constituição. Nenhum avançou

A sigla PIG (Partido da Imprensa Golpista) não é exagerada. A afirmação é de Laura Capriglione, integrante dos Jornalistas Livres, e do professor Laurindo Leal Filho, o Lalo. Em debate no II Encontro de Blogueiros e Ativistas Digitais de São Paulo, no dia 25 de abril, ambos falaram sobre as possibilidades para superar o cenário de monopólio midiático e democratizar os meios de comunicação no país.

“Tenho um otimismo grande sobre esse momento histórico que estamos vivenciando”, assinala Capriglione. “Há em curso uma revolução tecnológica gigantesca e há, também, profissionais e ativistas com vontade de fazer jornalismo, reportagem, fotografia, mesmo fora dos grandes veículos”.

Com passagens por grandes redações, como a do Estadão e a da Veja, a jornalista opina que esse ambiente de contrainformação nasce quando os movimentos sociais se dão conta de que manter uma assessoria de imprensa e enviar releases para a grande mídia é inútil, pois suas portas estão fechadas. “Primeiro, houve uma crítica feroz à mídia tradicional, que concebeu o apelido PIG, pelo seu comportamento monolítico e partidarizado”, sublinha. “É aí, inclusive, que surgem os chamados blogueiros sujos”.

Em um segundo momento, na avaliação de Capriglione, as pessoas perceberam que havia um espaço fértil para contranarrativas. “Essa é a novidade do momento que vivemos: se a Globo não publica, publicaremos nós. Os movimentos sociais, os comunicadores desempregados, os artistas e as pessoas que querem contar histórias passaram a usar a dinâmica das redes sociais para disseminar informação”.

Os Jornalistas Livres surgem nesse contexto. “A experiência do coletivo tem sido riquíssima nesse sentido”, avalia. Ela conta que, frente aos atos dos dias 13 e 15 de março (o primeiro por parte dos movimentos sociais e o segundo, contra o governo de Dilma Rousseff), foi decidido chamar uma reunião para articular uma cobertura colaborativa. “No susto, convocamos todos que estavam dispostos a contar o que aconteceria nessas manifesta-

ções. Reunimos 68 pessoas”, relata. “Hackeamos a lógica da mídia tradicional utilizando as redes e transmitindo conteúdo por mídias sociais e pela nossa página”

Avanços do ativismo digital, atraso na regulação da mídia

Os avanços do ativismo e da comunicação digital, na visão de Lalo, contrastam com o recrudescimento do conservadorismo nos grandes meios de comunicação. “Às vezes me sinto nos anos 1960, quando o cerco da mídia ao então presidente João Goulart culminou no golpe militar”, diz. “A mídia trata Dilma da mesma forma que tratava Jango e, por isso, a sigla PIG não é exagero. A imprensa é golpista e está tentando derrubar Dilma, assim como tentou derrubar Lula”.

Por mais ricas que sejam as experiências das mídias alternativas – blogs, portais, redes e coletivos –, Lalo defende a regulação da mídia como condição primordial para a democratização do setor. “Se antes dizíamos ‘reforma agrária na lei e na marra’, hoje temos que exigir a ‘reforma agrária do ar’ [em referência ao espectro radioelétrico, ocupado pelas emissoras de radiodifusão] na lei e na marra. Na marra, estamos fazendo. Na lei, não”.

Ele lembra pesquisa feita recentemente pela Secretária de Comunicação da Presidência (Secom), que constatou a televisão como o principal meio de informação da grande maioria da população. “Depois da TV, ainda vem o rádio, que ninguém dá muita bola, mas que, em períodos eleitorais, tem papel decisivo. Todas as grandes rádios comerciais fazem oposição sistemática às políticas populares e aos movimentos sociais”, argumenta.

Por isso, Lalo defende uma política que combine esse avanço das novas mídias com a democratização dos meios de comunicação. “Essa democratização se dá em dois níveis: a lei de meios e o fortalecimento da comunicação pública”, aponta. No caso da

comunicação pública, ele destaca a criação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação) em 2007, mas lamenta a falta de projeção e aporte de recursos para alavancar o projeto a ponto de representar uma alternativa concreta “à Globo ou à Record”.

Em relação à lei de meios, o professor lamenta o atraso brasileiro em relação não só a países europeus e aos Estados Unidos, mas também aos vizinhos latino-americanos. “Estamos 80 anos atrasados em relação à Europa, mas também ficamos para trás em relação a nações como o Equador, a Venezuela, a Bolívia, o Uruguai e a Argentina”, lista. “Todos esses países implantaram regulações de forma a ampliar a liberdade de expressão. Aqui no Brasil, quando falamos em regulação, já respondem que é censura. O debate não é fácil, mas temos que enfrentá-lo”.

Além da regulação econômica do setor, mencionada por Dilma Rousseff em sua campanha eleitoral, Lalo frisa a importância de garantir conteúdos diversificados na mídia, o que só acontecerá com um marco

regulatório que vá além da proposta inicial da presidenta. “A lei de meios implica na criação, por exemplo, de órgãos reguladores que façam a mediação entre a sociedade e o setor da comunicação. Se você se ofende com algo que vê na TV, hoje, não tem para quem reclamar”.

O modelo argentino é o principal exemplo a ser seguido, avalia. O aspecto central, segundo ele, é o desmonte do monopólio privado, dominado historicamente pelo grupo Clarín, no caso argentino. “A lei dividiu o espectro radioelétrico em três partes: mídia privada, mídias públicas e veículos comunitários”, explica. “Além de ampliar o mercado de trabalho, essa política dá voz a setores antes invisibilizados pela mídia”. No Brasil, 19 anteprojetos de lei para o setor já foram elaborados desde a Constituição. Nenhum avançou. “Agora, nos cabe lutar pelo Projeto de Lei da Mídia Democrática, de Iniciativa Popular. A ideia é pressionar por uma mobilização e discussão nacional sobre o tema”, opina.



Saúde do trabalhador

28 de Abril, trabalho decente e terceirização

No dia 28 de Abril o movimento sindical em diversas partes do mundo rende homenagem a “Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho”.

No Brasil, a partir de 2003, a data tornou-se tradicional e a CUT, em conjunto com outras centrais sindicais, a cada ano, marca esse dia com reflexões sobre temas ligados à Saúde do Trabalhador.

Em 2015, em face da gama de ataques patrocinados pelas empresas e, lamentavelmente, também pelo Governo, sob o pretexto de equacionar a crise econômica, as entidades sindicais estão chamando a atenção para a contradição entre as medidas adotadas para o enfretamento dessa conjuntura e o discurso do “Trabalho Decente”.

O grande capital em todo o mundo, não importando se em países pobres, emergentes ou desenvolvidos, todas as vezes que o mercado acusa o golpe em razão de crises econômicas provocadas pelo próprio capital, não hesita em repassar o ônus para os trabalhadores e as classes menos favorecidas, pois as grandes empresas têm de ser preservadas a qual-

quer custo.

Atualmente, em particular no Brasil, estamos vivendo momentos em que diversas iniciativas têm sido adotadas em detrimento das condições de vida e trabalho, em nome do propalado ajuste fiscal e de uma suposta necessidade de aumento dos ganhos de produtividade.

Desde as tentativas empresariais de revogação da Norma Regulamentadora nº 12, que disciplina mecanismos de proteção em máquinas e equipamentos, a fim de se reduzir os números alarmantes de acidentes graves e fatais no setor industrial; passando pela flexibilização do Fator Acidentário de Prevenção, que penaliza empregadores com altos índices de acidentes de trabalho; a edição das medidas provisórias 664 e 665/2014 que trazem restrições ao direito ao Seguro Desemprego, pensões por morte e auxílio doença, entre outros retrocessos; chegando à aprovação pela Câmara Federal, na semana passada, do Projeto de Lei 4330/2004, que permite a terceirização de toda e qualquer atividade econômica.

Enquanto Trabalho Decente é sinônimo de Saúde do Trabalhador, terceirização é precarização das condições de trabalho. Que os maiores índices de acidente de trabalho no Brasil acontecem com trabalhadores terceirizados, muito se tem divulgado, com base em estudos técnicos. Pesquisa feita pelo Dieese mostra que 70% dessas ocorrências são com trabalhadores contratados por meio de intermediadoras de mão obra. Mas, para além dessa realidade, os efeitos da terceirização e de outras iniciativas no sentido de rebaixar direitos e condições de trabalho, afetam sempre a Saúde do Trabalhador. Salários reduzidos, jornadas extenuantes, cobranças por produtividade e pior, quando o trabalhador enfim se incapacita para o trabalho, ou morre, é cada vez mais restritivo o acesso ao benefício previdenciário. Se é demitido imotivadamente, dependendo do tempo de emprego, não terá direito ao Seguro desemprego para sua subsistência e de sua família, situação igual sofre o pescador que muitas vezes também não terá direito ao seguro defeso.

* *Junéia Martins Batista*

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, Saúde não é apenas ausência de doenças, mas um perfeito estado de bem estar físico, psicológico e social. Portanto, precarização de ambientes e condições de trabalho, em qualquer nível, atenta contra a Saúde do Trabalhador.

Por isso, neste “28 de Abril”, ao lembrarmos dos trabalhadores que adoeceram, adquiriram sequelas, ou ficaram inválidos e até morreram, lutando por sua sobrevivência e de sua família, mas ao mesmo tempo contribuíram para o aumento da riqueza do País, temos que denunciar o paradoxo que representa, em pleno século XXI, ataques tão sórdidos aos direitos das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, na contramão do Trabalho Decente, objetivo estratégico da OIT, cujo conceito pressupõe “... a promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social...”.

**Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT*

Começa vacinação contra a gripe

Teve início no dia 4 de maio, em todo o país, a Campanha de Vacinação contra a Gripe para 2015. Mais de 54 milhões de doses da vacina estão sendo disponibilizadas aos estados e municípios para garantir a vacinação de cerca de 49,7 milhões de pessoas. Receberá a vacina quem faz parte do grupo prioritário, ou seja, parte da população que tem maior risco de desenvolver complicações causadas pela doença. A meta é garantir a vacinação de 80% do público-alvo, 39,7 milhões de pessoas, até o fim da campanha, em 22 de maio.

Integram o público-alvo crianças de seis meses a menores de cinco anos; pessoas com 60 anos ou mais; trabalhadores da saúde; povos indígenas; gestantes; puérperas (mulheres até 45 dias após o parto); população privada de liberdade; e os funcionários do sistema prisional. Também serão vacinadas pessoas portadoras de doenças crônicas não transmissíveis ou com outras condições clínicas especiais. São priorizados os grupos mais suscetíveis ao agravamento de doenças respiratórias.

A vacina contra influenza é segura e uma das medidas mais eficazes de prevenção a complicações e casos graves de gripe. Estudos demonstram que a vacinação pode reduzir entre 32% e

45% o número de hospitalizações por pneumonias e de 39% a 75% a mortalidade por complicações da influenza. Como o organismo leva, em média, de duas a três semanas para criar os anticorpos que geram proteção contra a gripe após a vacinação, é fundamental realizar a imunização no período da campanha para garantir a proteção antes do início do inverno. O período de maior circulação da gripe vai de final de maio a agosto.

É importante levar o cartão de vacinação e o documento de identificação para receber a dose. As pessoas com doenças crônicas ou com outras condições clínicas especiais também precisam apresentar prescrição médica especificando o motivo da indicação da vacina.

Pacientes cadastrados em programas de controle das doenças crônicas do Sistema Único de Saúde deverão se dirigir aos postos em que estão registrados para receberem a dose, sem necessidade de prescrição médica.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO – A transmissão dos vírus influenza acontece por meio do contato com secreções das vias respiratórias, eliminadas pela pessoa contaminada ao falar, tossir ou espirrar. Também ocorre por meio das mãos e objetos contaminados, quando entram em contato com mucosas

(boca, olhos, nariz). À população em geral, o Ministério da Saúde orienta a adoção de cuidados simples como medida de prevenção para evitar a doença, como: lavar as mãos várias vezes ao dia; cobrir o nariz e a boca ao tossir e espirrar; evitar tocar o rosto e não compartilhar objetos de uso pessoal. Em caso de síndrome gripal, deve-se procurar um serviço de saúde o mais rápido possível. A vacina contra a gripe não é capaz de eliminar a doença ou impedir a circulação do vírus, por isso, as medidas de prevenção são muito importantes, particularmente durante o período de maior circulação viral, entre os meses de junho e agosto.

Também é importante lembrar que, mesmo pessoas vacinadas, ao apresentarem os sintomas da gripe - especialmente se são integrantes de grupos mais vulneráveis às complicações - devem procurar, imediatamente, o médico. Os sintomas da gripe são: febre, tosse ou dor na garganta, além de outros, como dor de cabeça, dor muscular e nas articulações. Já o agravamento pode ser identificado por falta de ar, febre por mais de três dias, piora de sintomas gastrointestinais, dor muscular intensa e prostração.

REAÇÕES ADVERSAS – Após a apli-

cação da vacina, podem ocorrer, de forma rara, dor no local da injeção, eritema e enrijecimento. São manifestações consideradas benignas, cujos efeitos costumam passar em 48 horas. A vacina é contraindicada para pessoas com história de reação anafilática prévia em doses anteriores ou para pessoas que tenham alergia grave relacionada a ovo de galinha e seus derivados. É importante procurar o médico para mais orientações.

Fonte: Agência Saúde

VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE

Gestantes | Pessoas com 60 anos ou mais | Crianças de 6 meses a menores de 2 anos

PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES

Procure um posto de vacinação.

Vacinação para quem precisa de mais proteção. Um direito seu assegurado pelo SUS.

Secretaria Estadual e Municípios de Saúde | SUS | Ministério da Saúde | BRASIL

APOSENTADOS

Sindicato incentiva inserção digital de aposentados



A diretoria do Sindpd-RJ vem implementando um programa de aproximação deste segmento da categoria, através de atividades que vão de encontros como os que aconteceram em 2014, à participação no Projeto QPI – Qualificação Profissional em Informática.

Segundo levantamento feito pela Secretaria de Saúde do Trabalhador e Aposentados, em 2014 vinte aposentados matricularam-se nos cursos de Informática, com destaque para aquele que dá noções sobre Redes Sociais. Em 2015 a adesão dos aposentados aos cursos quase dobrou, com trinta e nove matrículas efetivadas, alguns frequentando mais de um curso.

Esse resultado comprova o sucesso da política de valorização dessa parcela importante da categoria, que contribuiu durante anos para a ma-

Serpro/Dataprev Sindpd-RJ tem vitória em ações de Desaposentação/Desaposentadoria



O Departamento Jurídico do Sindpd-RJ propôs, através do seu advogado Previdenciário, Marcos Roberto, aproximadamente 80 ações de Desaposentação representando associados aposentados. A maioria destas ações está paradas nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais/RJ, aguardando o Julgamento do Recurso Extraordinário nº 661.256, pelo STF, sobre a matéria de Desaposentação, por se tratar de Matéria de Repercussão Geral.

Importante informar, no entanto, que já foram julgadas procedentes aproximadamente 30%, das ações do Sindicato, sendo que 85% são de Aposentados do Serpro e os demais da Dataprev.

Confira quem são os aposentados

que frequentam os cursos da Informática do Sindicato, destaca-se a presença do companheiro Álvaro Osório Pinto que, aos 88 anos, demonstra na prática que não há limite de idade para participar e aprender.

Entre os aposentados que frequentam os cursos da Informática do Sindicato, destaca-se a presença do companheiro Álvaro Osório Pinto que, aos 88 anos, demonstra na prática que não há limite de idade para participar e aprender.

Perfil do aposentado de TI

De acordo com levantamento feito pela Secretaria de Aposentados, os trabalhadores de TI se aposentam, em maior número, por tempo de serviço e são, em sua maioria, do sexo masculino. Em uma escala pouco abaixo vem a aposentadoria proporcional, opção majoritária feita por pessoas do sexo feminino, a maior parte originária de programas de demissão voluntária. São poucos os casos de aposentadoria por idade e por invalidez.

que tiveram suas ações de Desaposentação julgadas procedentes:
 Maria das Graças da Silva (Serpro)
 Maria Auxiliadora de Medeiros Valle (Serpro)
 Maria José Geisteira (Serpro)
 Maria Eugênia Barbosa dos santos (Serpro)
 Maria Eugênia Barreto Jacintho (Serpro)
 Maria Stela Portella Rios (Serpro)
 Tânia Magali de Mello paródio (Dataprev)
 Rejane Ribeiro de Toledo Piza (Serpro)
 Sônia Maria de Resende Santos (Serpro)
 Norma Santos de Avelar (Serpro)
 Carlos Alberto Teixeira (Serpro)
 Ceci Correia Gorini (Serpro)
 Eitel Ribeiro Lipi (Serpro)
 Elza da Silva Araújo (Serpro)
 Gracina Vieirra Cristiano (Serpro)
 Heloisa helena lelis da Silva (Serpro)
 Luzinete Chaves leal Silva (Serpro)
 Márcia Dolores Daniel Brandão (Serpro)
 Nilce Rocha Oliveira (Dataprev)
 Vânia Nascimento Rocha da Silva (Serpro)

Cinco direitos que todo idoso deveria saber

O Estatuto do Idoso prevê benefícios para as pessoas que tem a partir de 60 anos como atendimento preferencial, descontos e qualidade no sistema de assistência

O Código de Defesa do Consumidor prevê proteção adicional nas relações de consumo para os brasileiros com idade a partir de 60 anos. Com a entrada em vigor do Estatuto do Idoso, em 2003, essas pessoas receberam atenção especial, com a inclusão de mais benefícios. Apesar de a legislação ter mais de uma década, muita gente desconhece pontos importantes da lei, que podem facilitar suas vidas. Veja a seguir cinco direitos que todo idoso deve saber:

- Prioridade em atendimento

O Estatuto do Idoso garante a prioridade do idoso ao atendimento preferencial numa série de serviços públicos e privados. Esse direito, que deveria ser básico, no entanto, tem dificuldade de ser cumprido até mesmo pelo governos. É comum ainda ver os idosos passarem a noite na frente de postos de saúde, hospitais ou da previdência social. A falta de fiscalização e de bom senso da população, em entender as filas e assentos preferenciais, são outros obstáculos a serem superados para que o benefício se torne uma realidade em todo país.

- Descontos e gratuidade em ingressos

O idoso tem direito a 50% de desconto nos ingressos em eventos esportivos, culturais, artísticos e de lazer. A lei não especifica tipos de assentos ou preferência de localização. Em vista disso, o consumidor com mais de 60 anos pode escolher o lugar que deseja e pagar metade do preço, independentemente de sua localização. Para obter o desconto, basta apresentar um documento que comprove a idade. Essa comprovação deve ocorrer no local do evento, jamais no local de vendas. Obrigara a

prova na venda é abusivo e pune o idoso, tendo que se deslocar até o local com antecedência ou impedindo a compra por familiares ou amigos. Nos estádios de futebol, o ingresso é gratuito.

- Transporte

O idoso, com idade igual ou superior a 65 anos, pode viajar de graça em ônibus urbanos municipais, trem (Supervia) e metrô. As empresas devem reservar 10% dos assentos para idosos. No transporte intermunicipal, está previsto duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda até dois salários-mínimos. Quando essas vagas forem adquiridas, as empresas precisam vender as passagens para os idosos com 50% de desconto.

- Assistência ao idoso

As entidades de atendimento ao idoso devem estar inscritas na Vigilância Sanitária e no Conselho da Pessoa idosa. O Estatuto do Idoso indica uma série de itens que as entidades precisam respeitar, como a criação de espaço para o recebimento de visitas e a obrigação de fornecer atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer.

- Imposto de Renda

Em agosto de 2008, foi incluída entre os direitos do idoso, a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda. Normalmente, as pessoas com idade acima de 60 anos recebem no primeiro lote.

SINDPD-RJ
Filiado à **FENADADOS** e à **CUT**



Expediente



Informação em Revista é uma publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos e Privados de Informática e Internet e Similares do Estado do Rio de Janeiro - Sindpd-RJ

Jornalista Responsável: Jussara Magalhães (Mtb JP-18207-RJ) - Jornalista: Lidiane Costa (Mtb 34484-RJ)
 Projeto gráfico e diagramação: Marcos Ribeiro (Mtb 34251-RJ)- Fotos: Nando Neves (Mtb 16.345/99/70)

Coordenação: Célio Stembach Barbosa Ivonete de Castro Rodrigues Truda e Sérgio da Silva Barros.
 Diretoria de Comunicação: Antonio Carlos Santos de Araujo (Maravilha), Tânia Neusa M. Crespo, Josef Thóme El Hader e Rodrigo Xavier Bruno

Endereço eletrônico: www.sindpdjr.org.br - Correio: sindpdjr@sindpdjr.org.br

Av. Pres. Vargas, 502, 12º andar - Centro - RJ - CEP 20071-000 - Tel.: 2516-2620 - Fax: 2516-5668